

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1670 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 05 de Fevereiro de 2015 Publicação: Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2015

### INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GDG N. 1 DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015.

Disciplina a devolução de custas judiciais e de porte de remessa e retorno no âmbito administrativo do Superior Tribunal de Justiça.

**O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, usando da atribuição conferida pelo item 17.2, inciso X, alínea b, do Manual de Organização do STJ, considerando o art. 8º da Resolução STJ/GP n. 3 de 5 de fevereiro de 2015, e o que consta no Processo STJ n. 3.614/2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Os valores recolhidos a título de custas judiciais e de porte de remessa e retorno de autos, relativos a processos de competência do Superior Tribunal de Justiça, poderão ser restituídos quando se configurarem as hipóteses de pagamento em duplicidade, indevido ou em excesso.

§ 1º O abandono ou desistência do feito, ou a existência de transação que lhe ponha termo, em qualquer fase do processo, não dá à parte o direito à devolução dos valores de que trata esta instrução normativa.

§ 2º Os pedidos de restituição relativos às guias de recolhimento já inseridas nos processos judiciais em trâmite neste Tribunal não são disciplinados por esta instrução normativa.

§ 3º É vedada às unidades administrativas mencionadas nesta instrução normativa a disponibilização de certidão à parte interessada sobre a regularidade dos valores ou o oferecimento de parecer conclusivo a este título antes de manifestação do relator do feito.

Art. 2º Caberá exclusivamente à parte interessada pedir restituição dos valores recolhidos, mediante o cumprimento dos seguintes requisitos formais:

I – preenchimento dos dados contidos em formulário próprio, constante do Anexo I desta instrução normativa, disponível ao público no portal do Tribunal no endereço [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br);

II – apresentação dos documentos previstos no Anexo II desta instrução normativa, com o objetivo de comprovar os fatos que ensejam o pleito de devolução dos valores reclamados;

III – encaminhamento do formulário e da respectiva documentação instrutória em formato “pdf” para o correio eletrônico [reembolsogru@stj.jus.br](mailto:reembolsogru@stj.jus.br).

Parágrafo único. Considera-se interessada a solicitar a restituição a parte processual que tiver suportado financeiramente o recolhimento ou o seu representante legal, constituído por meio de procuração por instrumento público ou particular.

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1670 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 05 de Fevereiro de 2015 Publicação: Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2015

Art. 3º Recebidos os pedidos de restituição, a unidade de orçamento e finanças do Tribunal deverá instruí-los com demonstrativo contábil quanto ao efetivo ingresso dos valores reclamados e, posteriormente, submetê-los à Secretaria Judiciária.

Art. 4º A unidade de atendimento judicial da Secretaria Judiciária apreciará os pedidos instruídos, observando as seguintes providências:

I – verificar preliminarmente os requisitos formais, cabendo-lhe, na hipótese de desconformidade, a devolução do expediente ao interessado, com orientação para correção no preenchimento de dados e no envio dos documentos instrutórios;

II – determinar a realização de diligências com vistas a colher informações adicionais ou dirimir questões controvertidas consideradas relevantes para análise da restituição;

III – emitir parecer conclusivo quanto ao deferimento ou não do pedido.

Art. 5º Após atendimento das formalidades estabelecidas, o pedido de restituição será encaminhado, com o parecer da Secretaria Judiciária, à unidade de orçamento e finanças do Tribunal, a qual caberá:

I – autuar o expediente como processo administrativo e encaminhá-lo à apreciação do ordenador de despesas para deferimento ou não do pedido;

II – adotar, em caso de deferimento, todas as providências necessárias para ultimar a devolução dos recursos e notificar o interessado, por meio eletrônico, sobre a restituição e os atos praticados durante a tramitação do processo administrativo.

Art. 6º Em caso de indeferimento do pedido de restituição, caberá interposição de recurso administrativo ao Diretor-Geral no prazo de 10 dias contados a partir da ciência da decisão, por meio eletrônico, pelo interessado.

Parágrafo único. O recurso deverá ser decidido no prazo máximo de 30 dias contados a partir do seu recebimento.

Art. 7º O prazo de tramitação do processo administrativo a que alude este normativo será de até 30 dias, prorrogáveis por igual período por motivo justificado.

Art. 8º Prescreve em 5 anos o direito da parte interessada requerer administrativamente a restituição de que trata esta instrução normativa, contados:

I – da data do respectivo pagamento;

II – da data da baixa dos autos, na hipótese do parágrafo único do art. 8º da [Resolução STJ/GP n. 3 de 5 de fevereiro de 2015](#).

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral.

Art. 10. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Miguel Augusto Fonseca de Campos

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1670 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 05 de Fevereiro de 2015 Publicação: Sexta-feira, 06 de Fevereiro de 2015  
ANEXO I

### Formulário de Solicitação de Restituição de Custas Judiciais e Porte de Remessa e Retorno

#### 1 – Dados do Contribuinte (pessoa física ou jurídica que recolheu os emolumentos judiciais e cujo nome consta na GRU):

Nome	CPF/CNPJ	Telefones
------	----------	-----------

#### 2 – Dados do Solicitante ou Representante (para pedidos formulados em nome de terceiros):

Nome	CPF/CNPJ	Telefones
------	----------	-----------

#### 3 – Dados do Processo:

Tribunal	Número do Processo
Autor	
Réu	

#### 4 – Valores para restituição:

<b>CUSTAS</b>	<b>PORTE DE REMESSA E RETORNO</b>	<b>TOTAL</b>
R\$: _____	R\$: _____	
Data Pagamento ____/____/____	Data Pagamento ____/____/____	R\$: _____

#### 5 – Dados bancários (Identificação da conta para depósito dos valores a serem restituídos):

Banco	Número do Banco	Agência (informar dígito verificador)	Conta (informar dígito verificador)
-------	-----------------	--	--

#### 6 – CPF/CNPJ do Titular da conta bancária informada

CPF / CNPJ
------------

#### 7 – Descrição do Pedido (escolher uma das hipóteses):

- ☐ Pagamento em duplicidade ou a maior.  
☐ Pagamento indevido em razão do não ajuizamento da ação ou da não interposição de recurso dirigidos ao STJ.  
☐ Pagamento indevido em razão da existência de isenção legal ou da concessão do benefício da gratuidade judicial.  
☐ Outros (Informar a razão do pedido e/ou observação)

#### 8 – Razão / Observação:

--

#### 9 – Assinatura, Local e Data:

Assinatura	Local	Data ____/____/____
------------	-------	------------------------

ANEXO II

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS EXIGIDOS PARA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE AO STJ

DOCUMENTOS GERAIS

Formulário de Solicitação de Restituição devidamente preenchido;  
Cópia do documento de identificação do solicitante (RG, CPF ou CNPJ ou Carteira da OAB);  
Procuração caso o pedido seja formulado em nome de terceiros;  
Cópias de todas as GRUs e dos respectivos comprovantes de pagamento.

Documentos específicos para as hipóteses de:

PAGAMENTO EM DUPLICIDADE

Pagou duas guias e juntou somente uma aos autos do processo.	Certidão do tribunal <i>a quo</i> ou do órgão julgador, no caso de processo em trâmite no STJ, informando os dados das guias utilizadas no processo.
Pagou duas guias e juntou as duas, ou pagou duas vezes a mesma guia.	Certidão do tribunal <i>a quo</i> informando o trânsito em julgado ou o decurso de prazo para interposição de recurso para o STJ.

NÃO AJUIZAMENTO DA AÇÃO NO STJ

Comprovante de que não utilizou a guia e não ajuizou a ação no STJ:  
Consulta processual em nome da parte;  
Havendo registro de processo, certidão de cada um dos processos informando os dados da guia utilizada.

NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PARA O STJ

Comprovante de que não utilizou a guia e não interpôs o recurso:  
Certidão do Tribunal de origem informando a não interposição do recurso e que o prazo transcorreu *in albis* ou ocorreu o trânsito em julgado do processo.

HIPÓTESE DE ISENÇÃO LEGAL ou JUSTIÇA GRATUITA

Certidão do Tribunal *a quo* ou do órgão julgador, informando:  
os dados das guias utilizadas no processo;  
a concessão do benefício da justiça gratuita;  
trânsito em julgado ou o decurso de prazo para interposição de recurso para o STJ.

Caso necessário, outros documentos poderão ser exigidos para a análise dos pedidos de restituição de valores pagos indevidamente.